

Da Monarquia para a República: os oficiais do Exército perante o 5 de Outubro

From Monarchy to Republic: the Portuguese army officers during 5th October

De la Monarchie à la République: les officiers de l'armée portugaise pendant le 5 d'Octobre

De la Monarquía a la República: los oficiales del Ejército ante el 5 de octubre

Daniela Major

Mestre pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa
danielamajor03@gmail.com

Sumário: Este estudo pretende explorar, numa primeira fase, a forma como os oficiais do Exército se posicionaram em relação ao regime monárquico durante os últimos anos de Monarquia Constitucional. Depois, o artigo procura oferecer uma hipótese interpretativa que explica como é que os oficiais acabaram por aceitar a ideologia republicana e, consequentemente, a instauração do novo regime.

Palavras-chave: Exército, Primeira República, Monarquia Constitucional.

Abstract: This study aims to explore, in a first stage, the way in which the Portuguese Army officers positioned themselves during the last 20 years of the Constitutional Monarchy. Then, this study attempts to offer an interpretation, which explains how these officers ended up by accepting the republican ideology and, therefore, the implementation of a new regime.

Keywords: Portuguese Army, First Republic, Constitutional Monarchy.

Résumé : Cette étude vise à explorer, dans une première étape, la position des officiers de l'armée portugaise au regard du régime monarchiste au cours des 20 dernières années de la Monarchie Constitutionnelle, puis une interprétation expliquant comment ces officiers finit pour accepter l'idéologie républicaine et par conséquent, la mise en place d'un nouveau régime.

Mots clés: Armée Portugais, Première République, Monarchie constitutionnelle.

Resumen: Este estudio pretende explorar, en una primera fase, la forma como los oficiales del Ejército se posicionaron en relación al régimen monárquico durante los últimos años de Monarquía Constitucional. Busca, después, una hipótesis interpretativa que explica cómo estos oficiales acabaron por aceptar la ideología republicana y, consecuentemente, la instauración del nuevo régimen.

Palabras clave: Fuerzas Armadas, Primera República, Monarquía Constitucional

1. Considerações introdutórias

Este estudo nasceu de uma tentativa de compreender a posição dos oficiais do Exército perante os eventos do 5 de Outubro. Para tal, pretende-se explorar as formas de expressão ou abstenção política do Exército Português. Neste sentido, é imprescindível ter em conta a organização do Exército nos últimos 26 anos de Monarquia, os seus problemas internos, e a sua relação com o poder político e com o crescente movimento republicano.

Pretende-se abordar o período entre 1884 (ano da reforma militar do governo de Fontes)

e 1910. Iremos focar-nos essencialmente na classe dos oficiais por terem sido os mais relutantes a participar na Revolução republicana, mas também aqueles que não se mostraram investidos para defender a Monarquia.

Vários estudos referem o papel dos militares na Implantação da República. É o caso de obras específicas como *O Poder e o Povo* de Vasco Pulido Valente, ou de obras de carácter geral que abordam em pormenor o tema, como é o caso da *Segunda Fundação* de Rui Ramos na coleção *História de Portugal*, dirigida por José Mattoso. Outros estudos dedicam-se aos militares e ao seu papel na política como o livro de Maria Carrilho, *Forças Armadas e Mudança política no século XX*, e a obra de José Medeiros Ferreira, *Comportamento político dos Militares Portugueses*.

A maioria dos autores que escreve sobre o 5 de Outubro procura explicar a participação – ou falta dela – das Forças Armadas. Um dos argumentos transversais é o desinteresse dos oficiais em participar em conspirações republicanas, mas que no momento da revolução não se opuseram aos soldados e sargentos que se revoltaram. Ao mesmo tempo, ao longo dos dois dias que durou a Revolução republicana – de 3 a 5 – as chefias do Exército não se organizaram no sentido de esmagar a revolta. Este comportamento é explicado de diversas formas. Alguns autores, como Maria Carrilho e Medeiros Ferreira, preferem focar-se em questões estruturais, nomeadamente as promoções, os soldos, e os efeitos da profissionalização e da educação militar. Outros autores, como Pulido Valente e Rui Ramos, preferem focar-se nos problemas mais conjunturais e imediatos, como a falta de experiência dos oficiais e a visão dos militares sobre D. Manuel II.

Como base documental usámos essencialmente a *Revista Militar*. Ainda que imputada aos articulistas, é possível, através de uma leitura atenta dos artigos, aferir a opinião de uma parte da oficialidade, especialmente no que respeita às suas posições políticas e principais preocupações. Esta era uma publicação feita por militares e para militares. A política de subscrições e preços reduzidos atestava o esforço para tornar a revista acessível a todos os membros do Exército (Assis, 2002: 34-35). A revista, fundada em 1849, alcançou uma rápida divulgação. Em 1862, era já assinada pelo rei e pelos príncipes, pelos “Marechais do Exército, os Generais da mais elevada hierarquia, os Brigadeiros, número elevado de oficiais, entre eles os comandantes das divisões do continente e ilhas, de todas as unidades das diferentes armas e serviços do Exército...” (Assis, 2002: 86). No nosso estudo são citados textos de

vários articulistas que colaboraram com alguma frequência com a *Revista Militar*. Encontramos, por exemplo, Athayde Oliveira a escrever em 1893 e em 1900. Contudo, a identidade dos autores nem sempre é fácil de descortinar dado que alguns assinam utilizando apenas as iniciais, como é o caso de X.P, D.C ou R.F. Mais relevante seria olhar para a Direção da revista a partir de 1905, ano de várias mudanças editoriais (a abordar no ponto 6 deste estudo).

De 1905 a 1910, Moraes Sarmiento ocupa o cargo de Presidente da Direção, com a exceção do ano de 1906, em que o lugar é ocupado por José Raposo Botelho. Também o secretário da Direção, Fernando Augusto Freiria, Tenente de artilharia, se mantém no cargo de 1905 a 1910. Os vogais efetivos mantêm-se inalterados, mesmo após novembro, mês em que se notícia a mudança de regime. A única exceção que notamos na constituição da direção é a saída do já referido José Raposo Botelho em julho de 1910. A Direção (AD) (1910: 481-482). Durante este ano, a Direção conta com dois tenentes coronéis, seis capitães e três tenentes. Moraes Sarmiento já é General de divisão. Estamos, assim, a falar de uma elite graduada que garantia uma continuidade no seio da Direção da *Revista Militar* e que acompanha os acontecimentos da Implantação da República¹.

2. Organização Interna e raio de Ação

No começo do século XX, o Exército Português tinha um total de efetivos de 35 000 homens dos quais 5 000 eram oficiais e os restantes 30 000 eram sargentos, cabos e soldados (Marques *et al.*, 1991: 440). Tratava-se de um Exército permanente e profissionalizado. A maioria das forças estava na metrópole enquanto uma minoria concentrava-se nas colónias africanas onde se intensificaram as campanhas de ocupação na última década do século XIX. Após o Ultimato, as forças militares nas colónias resumiam-se a 4 coronéis, 5 tenentes-coronéis, 13 majores, 69 capitães, 192 oficiais subalternos. Dos 8 000 soldados existentes nas colónias, apenas 374 eram Europeus e eram estes que ocupavam os cargos de oficiais (Carrilho, 1985: 11). A reforma militar de 1901 pretendeu aumentar o número de oficiais e soldados Europeus no ultramar. Aumentou também as subvenções para os oficiais que lá

¹ Raposo Botelho sai em julho para integrar o governo como Ministro dos Negócios da Guerra. As informações sobre a constituição da Direção da *Revista Militar* encontram-se nas contracapas da encadernação do volume referente ao ano de 1910, imprimidos pela Typographia Universal, e disponível na Biblioteca Nacional de Portugal.

serviam. Mas, apesar dos esforços, as colónias continuavam a ser pouco atrativas para os oficiais pois as regalias obtidas por servirem no Exército colonial eram diminutas, especialmente no que diz respeito às hipóteses de promoção. Assim, «as expedições extraordinárias com a sua marca de improvisação (...) continuavam a preencher as insuficiências do esquema organizativo militar.» (Carrilho, 1985:113).

Para o Exército Português estas campanhas tornaram-se uma bandeira importante que conferia um propósito concreto aos militares. Como podemos ver pelos artigos na *Revista Militar*, as vitórias nas colónias, sobretudo em Moçambique contra Gugunhana, surgiram como uma solução que ajudaria a resolver os problemas do Exército e a moldar o carácter do oficial português. Se durante os anos de 1890-91, o pessimismo era notório nos artigos da *Revista Militar*, ainda na sequência do Ultimato, a partir de 1893-94 nota-se uma clara mudança no tom dos artigos. No rescaldo do Ultimato, Bento de França escreve: «os governos que tentaram os primeiros passos para a regeneração colonial, tropeçaram em mil empenos e tricas da política corrompida.» O autor responsabiliza os militares:

«Affirmámos que ao exercito cabiam graves culpas (...) Não se pode negar que nós, militares, em vez de reagirmos contra os sonhos côr de rosa que pairavam sobre o paiz, nos fômos também afazendo aos processos seguidos no mundo civil (...) Vieram os interesses pessoaes, as influencias politicas substituir os legitimos interesses da instrucção e dos necessarios aperfeiçoamentos da defeza nacional...» (França, 1890: 40-41).

Este discurso contrasta com os textos escritos durante 1895, na sequência da vitória de Mouzinho contra Gugunhana. Em dezembro desse mesmo ano, Raposo Botelho faz a apologia do Exército e explica como as vitórias portuguesas em África fizeram «levantar no estrangeiro o nome portuguez, que, em resultado dos nossos repetidos erros de administração, bastante arrastado por lá andava». Em 1895, os militares já não são descritos como corruptos e preocupados com os seus interesses pessoais. Eles são, agora, o melhor que a sociedade portuguesa tem para oferecer:

«Emquanto na sociedade civil, por uma culpavel brandura de costumes (...) se iam dia a dia obliterando os sentimentos de respeito e de dedicação patriotica (...) na sociedade militar um punhado de officiaes lá ia

trabalhando (...) inculcando nos soldados os hábitos da ordem (...), e o culto do dever, da lealdade e da honra.» (Botelho, 1895: 676).

A partir de 1900, há alguns fatores que ditam a emergência de uma estratégia de defesa do território, nomeadamente o crescimento das rivalidades Europeias e o ressurgimento de Espanha após a guerra Hispano-Americana (Telo, 2004: 354). Abria-se, assim, a possibilidade de uma guerra à escala continental que poderia envolver Portugal (Telo, 2004: 361).

Esta eventualidade era prevista por várias figuras militares que chamavam a atenção para a necessidade de defesa do território continental que estava especialmente suscetível a uma invasão espanhola. Compreende-se assim por que razão é que a maior parte das forças militares estava estacionada na metrópole, restando apenas um terço do oficialato para participar «na defesa ou na administração do Império» (Telo, 2004: 2004: 356). De resto, o serviço nas colónias não era atrativo para os oficiais e a capacidade de mobilização e transporte de tropas para África era deficiente, ficando sempre aquém daquilo que era considerado necessário para uma ocupação eficaz (Carrilho, 1985: 110-111).

No começo do século XX, as chefias militares estavam perfeitamente cientes da necessidade de investir nas Forças Armadas de maneira a defender o território colonial e metropolitano. Tenta-se desenvolver o campo Entrincheirado de Lisboa, aumentar o Estado-Maior, preparar e melhorar o esquema de reservas e mobilização, reforçar a engenharia e obter armamento. Investe-se essencialmente na compra de armamento individual e no reforço da artilharia. (Telo, 2004: 358-359). Contudo, este investimento no armamento não apagava os problemas estruturais que afetavam o Exército.

3. As questões estruturantes

Ao longo do século XIX, os Exércitos Europeus seguiram a tendência que lhes permitia estabelecer e aperfeiçoar o conceito de nação armada: a conscrição passou a ser obrigatória em vez de voluntária, assistiu-se à profissionalização da carreira militar, e os militares abandonaram as suas funções de «manutenção da ordem interna» e esforçaram-se por ser uma classe «acima dos interesses dos vários grupos sociais», assumindo-se como «garantes da independência nacional» (Carrilho, 1985: 97).

Porém, em Portugal, esta questão era complicada pelo processo de recrutamento. Nas últimas décadas de Monarquia, a participação dos jovens no serviço militar era baixa em relação aos outros países da Europa. O recrutamento era feito através do voluntariado e do sorteio. A legislação de 1901 previa que o sorteado tinha de fazer pelo menos 3 anos de serviço militar. Contudo, era possível pagar uma remissão, ou seja, um valor monetário que escusaria o sorteado de cumprir o serviço militar. O dispendioso valor de 150 000 réis criava uma barreira económica que possibilitava o incumprimento do serviço militar (Carrilho, 1985:102-103). A classe de oficiais opunha-se veementemente a esta prática que, apesar de repetidos protestos, se manteve até ao fim da Monarquia Constitucional. Em 1893, um oficial afirmava que as remissões contrariavam o estabelecimento do serviço obrigatório consignado na lei desde 1887 e que a sua prática era contrária ao fervor patriótico que se tinha instalado na sociedade portuguesa na altura do Ultimato. Além disso, a prática das remissões resultava em soldados pouco instruídos, mal preparados e desmotivados pois os jovens que tinham instrução conseguiam normalmente pagar a remissão (Oliveira, 1893b: 70). Em 1908, um tenente de Infantaria apresentava uma explicação para a manutenção das remissões: «contraiu-se um empréstimo de 4.500:00\$000 para a compra de armamento e esse empréstimo tem de ser pago pelo fundo das remissões» (Almeida, 1908: 150). O mesmo motivo era avançado pelos governos monárquicos para justificarem a continuidade da prática (Carrilho, 1985:104).

A questão dos soldos também era frequente. Em 1900, um general de divisão ganhava cerca de 150 000 réis e um coronel ganhava 80 000 réis. Um capitão ganharia 55 000 réis e um alferes ganharia 35 000 réis (Marques *et al.*, 1991: 443). A *Revista Militar* estabelece uma comparação entre o soldo dos militares e o de vários funcionários públicos, chegando à conclusão que um capitão ganhava o «ordenado de um amanuense ou contínuo de qualquer repartição do estado», embora fizesse um trabalho mais perigoso pois o «official tem a sua vida constantemente em risco» (D.C, 1892: 139) e para o qual era necessário mais instrução e investimento (D.C, 1892:138-139). Outro autor afirma que «a vida do official casado, não possuindo mais do que o seu soldo (...) é uma vida de tormentos» pois o soldo não permitia que os oficiais em começo de carreira, naturalmente mais jovens, constituíssem família pois não teriam meios para a sustentar. Oliveira (1900: 290). Além disso, a assistência prestada a viúvas e órfãos era bastante limitada assim como a assistência prestada aos oficiais que

enfrentavam situações de doença ou morte e enterro de um familiar (Carrilho, 1985:156).

É neste contexto que a questão das promoções assume uma grande importância para os oficiais. Durante a Monarquia Constitucional, o critério essencial continuava a ser a antiguidade devido à falta de parâmetros concretos que estabelecessem a promoção por mérito. Fizeram-se tentativas de incentivar a promoção por distinção, mas os atos que a valiam eram considerados demasiado triviais pelo oficialato. Em 1901, a legislação tentou definir padrões mais claros para as promoções por mérito: ela só poderia concedida por um feito extraordinário em combate ou por atos considerados vitais para o êxito de uma campanha. Esta legislação estabeleceu também que somente aqueles que estivessem habilitados com um dos cursos de Armas ou do Estado-Maior é que podiam ascender aos postos mais elevados da hierarquia, um claro sinal da profissionalização das Forças Armadas (Carrilho, 1985: 147). Apesar de tudo, os critérios de promoção por mérito, especialmente aqueles que passavam pela definição do que constituía a "competência profissional", continuavam a ser muito subjetivos e pouco uniformes (Carrilho, 1985: 148).

Como foi referido, os Exércitos de finais do século XIX caracterizam-se pela sua crescente profissionalização: para chegar ao Corpo de Oficiais era obrigatório frequentar cursos em escolas militares direcionados para ramos específicos.

A educação militar passava pela Escola do Exército. Esta oferecia os cursos de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e o de Estado Maior. O aluno que pretendia entrar para o corpo de oficiais terminava o curso no Colégio Militar ou num dos liceus do País, «assentava praça como voluntário e prosseguia os estudos preparatórios para o ingresso na Escola do Exército» que eram feitos nos Politécnicos ou na Universidade de Coimbra (Carrilho, 1985:143). Só os cursos de Engenharia e Artilharia, pela sua complexidade técnica, é que exigiam estudos superiores. Os restantes pediam apenas o ensino secundário (Carrilho, 1985: 64). Por sua vez, o curso de Estado-Maior era mais exigente na medida em que eram aceites maioritariamente candidatos que já estivessem «habilitados com o curso preparatório da Escola Politécnica» (Carrilho, 1985: 67). Desta forma, a profissionalização afastava o Exército de uma lógica nobiliárquica que tinha dominado os Exércitos Europeus durante séculos, concedendo a oportunidade às classes médias e à burguesia letrada de aceder aos cargos superiores da oficialidade.

4. As reformas legislativas relativas ao Exército

No espaço de 17 anos, houve duas grandes reformas legislativas referentes ao Exército, uma 1884, com Fontes Pereira de Melo, e outra em 1901 com Pimentel Pinto.

A reforma de 1884 propõe um fim às substituições e o regresso das remissões, o aumento dos anos de serviço (12 anos, 3 no serviço ativo, 5 na primeira reserva e 4 na segunda reserva embora esta última não era obrigada a exercícios em tempo de paz), e propunha a criação de novos regimentos. Previa o aumento dos quadros de oficiais, a compra de armamento, o fim da classe de alferes graduado, sendo que «a verba destinada para os soldos d'estes officiaes fica disponível»². Por fim, esta reforma previa que o ministério da guerra tivesse uma despesa anual de 270 000 000 de réis (DCSD, 9/5/1884: 1460).

A legislação de 1901 assume grande importância por ser aquela vigente aquando do 5 de Outubro. Esta continuou a promover a existência do sorteio e das remissões. O serviço militar estender-se-ia agora por quinze anos, dos 20 aos 35. Tal como na reforma de 1884, 3 anos eram passados no serviço ativo e 5 na primeira reserva. A diferença encontrava-se nos anos que os homens deviam servir na segunda reserva que passavam de 4 para 7 (Marques *et al.*, 1991: 443). Conta-se também o aumento das regalias para os oficiais que servissem nas colónias, fim do acesso direto dos sargentos aos postos superiores que só poderiam ser acedidos através dos cursos de armas oferecidos pela Escola do Exército, e o estabelecimento de critérios mais rigorosos para as promoções. Carrilho (1985: 147). Os oficiais que escreviam na *Revista Militar* não se coíbiam de criticar as reformas, argumentando que elas não resolviam os problemas de fundo do Exército. Em abril de 1885, um oficial critica o tempo de serviço estabelecido e sublinha as fracas renumerações que deixam os militares à mercê da miséria especialmente em caso de doença. Acrescenta «A nossa lei de reformas, além da anomalia que deixámos apontada, presta-se a muitos abusos» (Tavares, 1885: 198). Quanto à de 1901, escrevia-se:

«penso o seguinte: um paiz, nas tristes circunstancias do nosso, deve somente aspirar a uma cousa (...) - cuidar da sua regeneração financeira e economica. A reforma do exercito proposta, não melhora, nem aperfeiçôa a instituição armada.»

² Diário da Câmara dos Senhores Deputados (DCSD), sessão de 9 de maio de 1884, pp.1459.

O autor argumenta que a única forma de reorganizar o Exército é através de forte investimento financeiro, algo que as finanças do país não permitem. Assim sendo, «toda a reforma do exercito é inoportuna» (X.P, 1900: 526). É de assinalar que este artigo se trata de uma carta publicada na *Revista Militar* devido às suas «sensatas considerações», o que nos leva a crer que a posição expressa no texto era partilhada pela direção da *Revista Militar* (X.P, 1900: 525).

5. O Exército e o poder político

Durante grande parte do século XIX a relação entre o Exército e o poder político foi estreita. Os militares encontravam-se na chefia de governos, os casos mais notórios o do Marechal Saldanha e de Fontes Pereira de Melo. Durante a segunda do século XIX, os militares estiveram também ativamente presentes na vida parlamentar, participando nos debates parlamentares e, em especial, nos Comités parlamentares pois havia uma correspondência entre a profissão dos deputados e os Comités a que pertenciam. No caso do Comités da Guerra era compreensível que a presença dos militares fosse reforçada, dado o grau de pormenor e tecnicidade das questões (Monteiro, 2010: 9). Já no século XX, o responsável pela reforma militar de 1900 fora o general Pimentel Pinto, Ministro da Guerra e membro do Partido Regenerador.

Contudo, é possível apontar uma diminuição no número de deputados militares entre os anos de 1858 e 1870. Entre 1858 e 1869 havia cerca de 20 a 27 militares na Câmara dos Deputados. Em 1870, este número tinha diminuído para 11 (Monteiro, 2010: 5). Na chefia de governos nota-se também uma ligeira desmilitarização. Do terceiro e último governo de Fontes Pereira de Melo, em 1886, até ao período da Acalmação, em 1908, a Monarquia teve dois chefes de governo que fizeram carreira de armas, contra quatro civis³.

Se por um lado é evidente que os militares se colocavam cada vez mais acima das questões político-partidárias – sinal da crescente profissionalização e de uma nova mentalidade

³ As biografias dos chefes de Governo podem ser consultadas no *Dicionário Biográfico Parlamentar*, dirigido por Maria Filomena Mónica. Atendemos às notas dos chefes militares: António Serpa Pimentel Moreira (2005 a: 271-273) e João Crisóstomo de Abreu e Sousa Moreira (2005 b: 821-823).

militar que colocava o Exército como o garante da independência nacional – por outro, eles não se abstinham de participar na política e reclamavam plenos direitos políticos.

Uma análise à *Revista Militar* revela que os autores não tinham problemas, especialmente em alturas de crise, em empregar um vocabulário mais agressivo. Aquando do Ultimato por exemplo, um artigo traça um retrato do país:

«(...) admittido, que no regabofe em que viviamos: o patronato que se antepunha aos meritos reaes, o favoritismo campeava infréne, a politica se tornara impolitica, não passava de jogo de interesses e intrigas (...)»
(França, 1890: 40)

Outro autor, em 1891, afirma claramente: «Desauthorisados os homens publicos, dissolvidos os partidos constitucionaes, enfraquecidas até quasi à impotência as instituições militares (...)» e acrescenta:

«Aonde está o Stein para reorganisar a admistração, o Scharnhorst para fazer ressurgir o exercito, o Guilherme de Humbolt para remodelar todo o ensino e sobretudo o Fitché que vá pelas cidades e aldeias a accender a honra e o patriotismo?» (M.S, 1891:417)

Como foi referido, os militares viam-se como a entidade que garantia a segurança nacional e a defesa das instituições. O Exército devia ser o «braço forte do governo, para o apoiar nas suas medidas e determinações (talvez nem sempre bem encaminhadas), garantindo a segurança pública...» (Mello, 1892: 103). Esta declaração é reveladora pois o autor faz questão de afirmar que mesmo quando as medidas dos governos não são as mais acertadas, os militares continuariam a apoiar o poder político e a zelar pela manutenção da ordem. Outro autor dizia claramente que «o exército é da nação, e não d'esta ou d'aquella agremiação politica» e criticava aqueles que pretendem aliciar os militares para revoltas e para o «jacobinismo» político (Barros, 1893: 8). Um artigo de Oliveira Martins em novembro de 1890 defendia que os militares tinham direito às suas ideias políticas desde que estas não interferissem com o desempenho do seu dever (Martins, 1890: 673-677). Esta posição é confirmada pelos artigos da *Revista Militar*. Ao criticar explicitamente o estado da política

nacional e ao apontar os problemas internos do Exército, os militares estão a participar na vida política. Pelos artigos citados, compreende-se também que os militares acreditavam na ideia de uma crise generalizada que afetava as estruturas do sistema político, e na necessidade de reformas estruturais que viessem modificar a situação. Ao mesmo tempo, a ideia de um Exército acima dos interesses da política partidária, que devia ser imparcial e apoiar as instituições políticas nacionais, estava já amplamente difundida.

Em relação à figura do monarca, vários autores sublinham as diferenças entre D. Carlos e D. Manuel II. D. Carlos fomentava uma relação de proximidade com as Forças Armadas, interessando-se pela reestruturação do Exército e pelas reformas militares (Ramos, 2006: 281-282). Além disso, beneficiou das expedições em África que traziam notícias de vitórias militares e esforçou-se para se aproximar dos oficiais que tinham protagonizado tais campanhas. Tentou também identificar a Monarquia com as colónias, enviando o príncipe herdeiro e o príncipe Afonso a Moçambique (Ramos, 2006: 285-286). O rei revelava um certo tato ao lidar com os militares, servindo como mediador entre eles e as instituições civis, e não permitindo, simultaneamente, que eles se arrogassem demasiado poder.

D. Manuel II, por seu lado, nunca conseguiu conquistar os militares. Rui Ramos afirma que as fações mais conservadoras do Exército conspiravam no sentido de se fazer em Portugal uma barcelonada, como acontecera em Espanha, onde militares conservadores tinham chacinado republicanos e anarquistas. O autor argumenta que o rei, ao ligar-se à esquerda monárquica e ao procurar a acalmação a seguir ao Regicídio, alienou as fações conservadoras do Exército que pretendiam uma política mais repressiva (Ramos, 2001: 312-313). Pulido Valente endossa esta linha de argumentação dizendo que os militares viam o rei como sendo demasiado manipulável. Ademais, tinha-se seguido uma política de afastamento dos oficiais franquistas que estariam mais dispostos a lutar pela Monarquia na eventualidade de uma revolução (Valente, 1999: 95).

6. A evolução na *Revista Militar*

Como foi referido no começo, a *Revista Militar* permite-nos compreender o ponto de vista de uma parte do oficialato, parte essa que ascendia muitas vezes a postos bastante elevados. É por essa razão que faz sentido explicar a evolução editorial sofrida pela revista.

Em 1905, a *Revista Militar* inaugurou uma nova tendência editorial. Juntaram-se

numa só publicação vários jornais militares. Num artigo intitulado *Pro Patria*, os editores da *Revista Militar* estabelecem as linhas da nova revista. Para além de listarem as vantagens desta aglomeração de publicações e de fazerem a apologia do Exército como garante da independência nacional, o artigo faz questão de sublinhar que a *Revista Militar* é e sempre foi um modelo de isenção e que nunca se misturou em questões políticas (AD, 1905: 5-9). Ora, como demonstrámos, a *Revista Militar* expressava frequentemente opiniões políticas. O que vai acontecer a partir de 1905 é uma tentativa clara de abandonar a discussão de tais assuntos. Continuavam a escrever sobre os problemas internos do Exército, como as promoções e as remissões. Porém, artigos que eram tão frequentes nas décadas de 1880 e 1890, como discussões sobre os direitos políticos dos militares, críticas ao governo, ou o papel do Exército na vida nacional, foram sendo substituídos por artigos mais técnicos e mais longos. A partir de 1908, a *Revista Militar* fica completamente dominada pelo centenário das Invasões Francesas e sobrava muito pouco espaço para discussões mais politizadas.

É difícil intuir neste estudo se esta mudança se deve apenas à nova configuração da revista ou se houve algum tipo de pressão política para que assim fosse. Podemos, contudo, comparar o tipo de textos escritos a partir de 1905 com os dos anos anteriores para compreender se houve alguma mudança de fundo no discurso dos militares. Em 1893, dois anos depois da revolta republicana no Porto protagonizada por membros do Exército, ainda havia artigos na *Revista Militar* que vociferavam contra: «os Gracchos, que cobertos com o manto do bem publico, se dirijam ao Aventino a proclamar (...) que o exercito deve abrir fileiras e apresentar armas a qualquer ambicioso arvorado (...)». Argumentava-se: «a oficialidade portugueza no meio d'este jacobinismo manso que tenta anarchisar tudo, tem um importantíssimo papel a desempenhar» sendo que este papel não é mais do que «livrar a patria dos perigos que a ameaçam» (Barros, 1893: 8). Enquanto em 1908, no rescaldo da morte do rei e da revolta republicana de janeiro onde participaram militares, como Alvaro Pope, não houve um único artigo que mencionasse o assunto, nem que alertasse para os perigos de outras soluções políticas, nem que chamasse o Exército a desempenhar um papel de defesa das instituições, algo que era também comum no discurso da *Revista Militar* pré 1905. Este silêncio pode ser o sinal de algum desgaste. Mesmo após as reformas de 1901 muitos dos problemas centrais do Exército continuavam a manter-se, como a discussão em torno das promoções e de um processo de recrutamento que não se adaptava a um Exército moderno.

Podem juntar-se a isto outros fatores como uma falta de identificação com a figura do monarca, e o afastamento de oficiais mais antigos e mais engajados politicamente. É possível também que os oficiais estivessem saturados dos repetidos escândalos da Monarquia (Valente, 1999: 94).

Contudo, parece-nos também que há uma mudança do discurso. Um artigo de 1891 intitulado «a revolta de 31 de Janeiro», fala dos revoltosos como estando:

«ao serviço de traidores à patria, de aventureiros ambiciosos, de perversos inimigos do seu paiz, que tinham em mira o saque e a carnagem; de traidores assalariados pelo estrangeiro que mira a absorver a nossa nacionalidade, a assassinar a nossa autonomia;» (R.F., 1891: 65)

Em 1893 um artigo exortava os militares: «O official do exercito deverá sempre ficar sereno perante o desencadear das paixões politicas.» e «É necessario, pois, que o official do exercito seja instruido para não ser facilmente deslumbrado por theorias que são um attentado e um perigo.» (Oliveira, 1893a: 36-37). É óbvio que este artigo, escrito dois anos após a revolta do Porto, se refere ao republicanismo.

O que é evidente nestes artigos é que o republicanismo era visto como um perigo, uma ideologia que pervertia a obediência e promovia a anarquia. Porém, é notório que há uma mudança no discurso. Em 1909, o General Moraes Sarmiento escreve um longo ensaio sobre a figura do comandante-chefe das Forças Armadas (Sarmiento, 1909: 417-437). O autor começa por referir que o chefe supremo do Exército é sempre o chefe de Estado. No caso de Portugal este posto pertence ao rei, sendo que «não é privativa do nosso paiz, demais, a doutrina de direito publico, que accumula no chefe do poder executivo as funções de chefe dos exercitos de mar e terra.» (Sarmiento, 1909: 419). O autor dá de seguida o exemplo de outros países em que tal acontece, chegando finalmente à França: «mas esta doutrina tem ampla consagração, tambem, como vae vêr, nos principaes estados democraticos, em que a forma de governo é a republicana.» (Sarmiento, 1909: 423). O mesmo acontece nos Estados Unidos e no Brasil. Moraes Sarmiento termina o artigo a dizer que a provisão da lei portuguesa que estabelecia que em caso de guerra podia ser nomeado como comandante do Exército outra pessoa que não o rei, constituía um verdadeiro erro (Sarmiento, 1909:437). O que é interessante

neste artigo é que a nenhum momento do mesmo Moraes Sarmiento determina que o modelo monárquico de governo ou que a existência de um rei como comandante supremo é superior ao modelo republicano ou a um presidente como chefe do Exército. Pelo contrário: Moraes Sarmiento lista a bravura militar de vários reis, como Afonso XII de Espanha ou D. João I em Portugal, e coloca-a em pé de igualdade com o desempenho de personalidades como George Washington e Oliver Cromwell. Moraes Sarmiento considerava que a presença na batalha de um chefe militar, fosse ele um rei ou um presidente, seria sempre uma inspiração moral para as tropas:

«sempre, e em todas as regiões do mundo, os elementos moraes tiveram influencia preponderante na sorte das batalhas e, entre elles, tem occupado e occupa lugar primacial a elevada categoria do commadante em chefe.» (Sarmiento, 1909:435).

Em novembro de 1910, a *Revista Militar* publica uma nota da direção em que reafirmava a sua posição apolítica, abstendo-se «de entrar na apreciação dos factos, que deram origem à transformação operada nas instituições políticas do país» (AD, 1910: 872). Porém, adianta:

«Quem se der ao trabalho de relêr os artigos publicados nos ultimos annos, reconhecerá sem dificuldade a propaganda (...) em favor da transformação das nossas instituições militares no sentido da constituição da nação armada (...) Como syntese das opiniões aqui sustentadas, a direcção da *Revista Militar* apresentou ao grande Congresso Nacional de 1910 a these intituida «A defesa Nacional» (...) Essa these mereceu dos membros do partido republicano, que tinham assento naquella assemblêa as mais lisogeiras referencias e egualmente as obteve de alguns jornaes desse partido, que ventilaram o assumpto com independencia e sem preocupações politicas»

O artigo chega a afirmar:

«se fazemos referencia (...) não é com o intuito de cortejar o poder nascente, e unicamente com o de demonstrar a profunda convicção com que este jornal continuará a manter as doutrinas militares, as quaes perfeitamente

se harmonizam com o programa adoptado pelo governo provisorio da Republica Portuguesa...» (AD, 1910: 873)

Neste sentido o que interessa agora explorar é esta mudança. Porque é que o republicanismo e a ideia de um regime republicano em Portugal deixaram de ser vistos como uma ameaça?

7. A ideologia do PRP e os valores militares

Uma possível explicação para a questão colocada é a confluência de ideias e valores. Pretende-se aqui demonstrar que os valores militares replicados na *Revista Militar* e partilhados pela oficialidade, fruto da profissionalização militar, são convergentes, até certo ponto, com os valores do republicanismo português.

Os valores militares eram, como professava um artigo da *Revista Militar* em 1892, a «fé disciplinar», «o fervor no trabalho» e «o espirito de ordem» (M.S, 1892: 5). O patriotismo, obviamente, era o valor fundamental. A propósito das comemorações do centenário das Invasões Napoleónicas dois autores escreviam: «nós precisamos de construir um novo edificio, de patriotismo e de amor pela nossa história e pelas nossas tradições.» (Pires et al, 1910: 380). E acrescentavam:

«Se Portugal ainda tem um destino a cumprir na História, se esta nossa terra ainda pode ser grande...então que uma verdadeira Cruzada se arme, tendo como objectivo a educação patriótica do Povo (...) o que resulta da justa harmonia entre o culto do Passado e a fé no Futuro!» (Pires et al., 1910: 381).

Esta questão do culto do passado era importantíssima. Era no passado que estavam as glórias nacionais, ele devia ser lembrado e comemorado não só porque era a melhor forma de educar o povo e criar laços identitários, mas também para inspirar os portugueses a recuperar essas glórias e emulá-las no futuro. Tal como referem os autores supracitados num artigo intitulado «O culto da tradição e do patriotismo no estrangeiro»:

«foi certamente esse culto do passado, o elemento indispensavel e primacial que (...) concorreu para levar a sua [dos alemães] educação civica

e patriótica ao alto grau em que se encontra». Pires *et al.* (1910: 259)

Encontramos aqui outros dos valores preferidos pelos militares, aquilo a que eles chamam as virtudes cívicas. Segundo Moraes Sarmento, o Exército deve professar e zelar por elas. Elas são garantidas pela «honra, dignidade e orgulho de um povo consciente da sua força, da sua missão histórica» (Sarmento, 1910: 645). São igualmente estas virtudes cívicas que fazem avançar a civilização e melhoram o carácter dos povos. Ao mesmo tempo, os verdadeiros patriotas só podem ser formados através de uma educação adequada, aquilo a que se chamava a educação cívica. É também por isso que vários números da *Revista Militar* insistem na questão da educação moral do soldado, ou seja, de uma educação que encoraje os valores acima referidos.

Ainda que reconhecendo as várias tendências ideológicas do republicanismo português, é possível traçar linhas gerais. Em primeiro lugar, não obstante a inspiração em 1848 o cariz nacionalista é visível na forma como os republicanos capitalizaram a questão do Ultimato (Catroga, 2000: 108). No único número do jornal *O Ultimatum*, da autoria de António José de Almeida e Afonso Costa, a Direção descreve claramente os objetivos da publicação:

«Seremos intrasigentes em questões d'interesse público; e enquanto nos alentar um sopro de vida havemos de sempre, e por todos os modos, pugnar pelo engrandecimento da patria, pelo seu progresso material e moral, não cessando jamais de gritar com toda a força do nosso entusiasmo:
Abaixo os governos dissolutos!
Fóra os traidores à Pátria! (...)» (AD, 1890: 1)

António José de Almeida, no seu texto «Bragança, o último», fazia a apologia do passado glorioso, mesmo no meio de uma crítica feroz ao monarca:

«Não, a História mais tarde diria que nós outros, os portugueses (...) tínhamos maculado a honra impoluta e legendaria das nossas armas; das mesmas armas que antigamente em Africa conquistaram a gloria, matando infieis que eram homens; das mesmas armas que no principio do seculo salvaram a Patria.» (Almeida, 1890: 1)

Para a ideologia republicana portuguesa o culto do passado e de algumas figuras históricas assumiu uma grande importância. Na *História das Ideias Republicanas*, Teófilo Braga dedica o último capítulo ao centenário de Camões. Camões teria sido para os portugueses do século XVI uma figura que simbolizava a esperança e o futuro da nacionalidade perante a invasão e ocupação espanhola. Teófilo sublinha: «Nenhum passo a favor da liberdade portuguesa se deu sem que fosse provocado pela compreensão dos Lusíadas». E «O Centenário de Camões manifestou à Europa, que sabíamos tirar da maior tradição do nosso passado histórico o estímulo para um renascimento» (Braga, 1984:163).

Para os republicanos, a história portuguesa estava repleta de feitos extraordinários e seria possível recuperá-los caso houvesse uma mudança de sistema político. Esta visão não era assim tão diferente da visão dos militares anteriormente citadas, também muito radicada na ideia de um passado glorioso e de uma regeneração que seria possível com a educação cívica e moral adequadas. Também os republicanos colocavam uma ênfase muito grande na questão da educação cívica. O decreto sobre o ensino primário em 1911 foi elaborado precisamente com o «propósito e formar e de gerir comportamentos». Concedia-se, através da escola, uma renovada importância à formação moral e cívica com o objetivo de formar cidadãos portugueses (Catroga, 2000: 257-258).

É de notar que esta preponderância do patriotismo e do culto da História não era de todo exclusiva dos republicanos. Era um aspeto partilhado pelas elites intelectuais e políticas muito antes do advento da República. Porém, neste estudo não pretendemos demonstrar que os republicanos eram mais patriotas do que os monárquicos ou que a apologia da História e da nacionalidade portuguesa era característica exclusiva dos republicanos; somente que eles faziam uso de uma retórica que era partilhada pelas elites intelectuais, políticas e militares e que este fator poderia servir como um elemento de normalização da ideologia republicana e eventual aceitação por parte dos oficiais.

Os republicanos também não tinham intenção de descurar as colónias. Motivados pelo Ultimato, consideravam como um dos seus objetivos a defesa, salvaguarda e o desenvolvimento do ultramar. As intenções de continuar o projeto colonial faziam também parte da idealização da História de Portugal, o «mito da herança sagrada», parte de «uma simbologia patriótica» (Proença, 2009: 205). É importante referir que os republicanos não aderiam ao pacifismo nem tinham um discurso antimilitar. A propósito de uma proposta de

aumento dos soldos em 1906, João Menezes, deputado republicano, faz na Câmara dos Deputados um discurso compreensivo perante as dificuldades que os oficiais atravessam e sublinhava a importância do Exército. Apesar de estar contra um aumento dos soldos, por achar que a haver aumentos devia ser para todos, João de Menezes afirma: «são os professores que formam cidadãos conscientes, de quem os officiaes depois devem fazer bons e leaes soldados da pátria». O deputado atacou também a desorganização do Exército culpando naturalmente o regime monárquico pela mesma (DCSD, 21/11/1906, 16).

Por outro lado, a religião era uma das questões que poderia afastar os militares do republicanismo. Porém, as referências à religião na *Revista Militar* não são acríticas. Criticava-se, por exemplo, o facto de se obrigar os militares a assistir a cerimónias religiosas (Carrilho, 1985: 163). Também em matérias familiares, a *Revista Militar* surpreende ao referir a disparidade salarial entre mulheres e homens, considerando injusto o facto das mulheres que exerciam empregos no Estado não poderem ser admitidas como sócias do Montepio oficial (Carrilho, 1985:163). Estas posições estão evidentemente longe do laicismo que era uma das bandeiras do Partido Republicano; contudo, elas estão também afastadas das tendências mais conservadoras. Uma possível explicação prende-se com o grau de educação cultural e intelectual dos oficiais portugueses que demonstravam nas páginas da *Revista Militar* estarem sempre a par dos avanços técnicos e científicos. Encontram-se também referências a vários filósofos como Saint-Simon, Comte, Engels, Durkheim e Marx, o que demonstra que os articulistas estavam a par das ideias e conceitos políticos que circulavam na época (Carrilho, 1985: 161). Quando falamos da oficialidade na primeira década de 1900, estamos já a falar de uma classe que atravessou um período de profissionalização, tendo frequentado obrigatoriamente um dos cursos de armas da Escola do Exército, para além da frequência nos liceus ou Escolas Politécnicas. Eram jovens que faziam parte de uma classe média letrada. Este tipo de homens eram uma das bases de apoio do Partido Republicano. Dos 16 membros do primeiro Directório do PRP em 1883, encontramos vários professores, incluindo um da Escola do Exército e outros dois das escolas Politécnicas, dois médicos, dois advogados, e dois jornalistas (Catroga, 2000: 68). Isto significa que o Partido Republicano, apesar de apelar às massas urbanas trabalhadoras, como os caixeiros e os lojistas, apelava também a uma burguesia letrada, categoria onde é passível de inserir os oficiais superiores.

Conclusão

Quando chegou o momento de planear e executar a revolução, as chefias republicanas tiveram bastante dificuldade em encontrar oficiais que estivessem disponíveis para liderar a revolta. Quando Afonso Palla tentou sondar outros oficiais relativamente à hipótese de um pronunciamento militar, eles consideraram a ideia uma «utopia» (Valente, 1999: 79). É verdade que Machado Santos e António Maria da Silva estavam mais preocupados em recrutar sargentos (Valente, 1999: 73). Isto ia na linha da estratégia da Carbonária. Esta granjeou grande apoio na Marinha e preferiu mobilizar o apoio de praças e sargentos (Lousada, 2010: 23). Contudo, em retrospectiva, o facto de não terem investido na propaganda junto dos oficiais do Exército revelou-se um erro pois não havia ninguém para liderar os sargentos e soldados mesmo quando eles quiseram sair dos quartéis.

De resto, a Revolução republicana foi bem-sucedida devido à força de vontade de algumas individualidades, como Machado Santos, e devido à inércia das forças monárquicas. Vasco Pulido Valente explica esta desorganização dizendo que os militares estavam cansados dos repetidos escândalos da Monarquia e que «o exército nunca se dispusera a morrer pelo rotativismo» e em outubro de 1910, também já não queria matar pelos «erros dos políticos» (Valente, 1999:94). Este autor sublinha a falta de preparação e competência geral dos oficiais. Medeiros Ferreira escolhe uma interpretação mais subtil. Ele sugere que nesta altura, o Exército era «indiferente» aos regimes políticos e que «não será a defesa ou o derrube de um determinado regime político que as motiva à acção concertada» (Ferreira, 1992: 36).

A nossa interpretação tenta expandir esta ideia. Não pretendemos defender que os oficiais do Exército que escolheram não participar na defesa das instituições monárquicas eram todos secretamente republicanos. Nem pretendemos afirmar que ser republicano em Portugal pré 1910 era uma posição política fácil de sustentar perante o regime, ou que era desprovida de perigos. E muito menos, pretendemos dirimir a mudança introduzida pelo republicanismo aos mais diversos níveis da sociedade. O que pretendemos demonstrar é que o regime idealizado pelos republicanos portugueses tornou-se cada vez menos estranho e ofensivo a uma parte da oficialidade. Por duas razões. Primeiro, o desgaste sentido no Exército na sequência dos problemas estruturais que se arrastavam e que não eram resolvidos pelas sucessivas reformas. Segundo, o desgaste relativamente ao poder político e à vida política nacional que contribuiu para uma noção generalizada de crise das instituições e da condição

cívica do povo português. Como consequência, houve uma progressiva aceitação e normalização do republicanismo enquanto forma de regime. Os oficiais perceberam que o republicanismo não ia ameaçar o seu *statu quo*, que não ia mudar a sociedade de uma forma que os afetasse a eles; os republicanos não tinham um discurso que pretendesse subverter a ordem social, como tinham os marxistas ou os anarquistas. Não tinham um discurso contrário às Forças Armadas ou à colonização. Não tinham sequer um discurso pacifista. Prova disto é que a oficialidade aderiu em massa ao novo regime e que o discurso republicano relativamente à oficialidade foi claramente conciliatório (Carrilho, 1985: 92-93).

Além disso, devido ao processo de profissionalização e à formação dos Exércitos de massas modernos, a identidade dos militares deixou de estar ligada a lógicas nobiliárquicas que estavam necessariamente ligadas ao modelo de regime monárquico. Esta identidade tomou contornos próprios que não eram incompatíveis com a República.

Ao longo dos últimos 5 anos de regime monárquico, a República deixou de ser considerada como uma ameaça ao Exército. Mas o poder monárquico também contribuiu para essa mudança de perceção. O regime e o próprio rei tinham conseguido alienar os oficiais que os poderiam eventualmente apoiar. Os governos fizeram-no através da insistência continuada num sistema de recrutamento ultrapassado e na recusa em aceitar o serviço pessoal e obrigatório. D. Manuel fê-lo ao alienar os militares mais conservadores quando procurou a acalmção, precisamente aqueles que mais estariam dispostos a lutar pela Monarquia.

Bibliografia:

Fontes Primárias:

Debates Parlamentares: *Diário da Câmara dos Senhores Deputados*. Sessões do 9 de maio de 1884, pp 1459-1460 e do dia 21 de novembro de 1906, pp 16. [Consulta em 10 de dezembro de 2017]. Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/cd>.

A Direcção, (1910) ‘A Transformação do Regime Político em Portugal’, *Revista Militar*, nº11, pp 871-875.

ALMEIDA, Genipro da Cunha d’Eça (1908), ‘Remissões’, *Revista Militar*, nº3, pp. 141-151.

BARROS, Marinho e (1893) ‘O exercito e a politica’, *Revista Militar*, nº1, pp. 5-8.

BOTELHO, Raposo (1895) 'As victorias das armas portuguezas em Africa', *Revista Militar*

nº22, pp. 673-677.

D.C, ‘O exercito e o paiz’ (1892), *Revista Militar* nº5, pp.129-142.

FRANÇA, Bento de (1890), ‘um brado pela Patria’, *Revista Militar*, nº2, pp 38-43.

MARTINS, Oliveira (1890), ‘A disciplina militar e os direitos políticos dos soldados’, *Revista Militar*, nº 22, pp. 673-677.

MELLO, José António (1892), ‘O exercito perante a nação’, *Revista Militar*, nº4, pp.100-114.

M.S (1891), ‘Viva a Pátria’, *Revista Militar*, nº14, pp. 417-420.

M.S (1892), ‘Patriotismo, disciplina e trabalho’, *Revista Militar*, nº1, pp. 5-7.

PIRES, Saturio, AMARO, Gonçalves (1910) ‘O culto da tradição e do patriotismo no Estrangeiro’, *Revista Militar* nº5, pp 257-268.

OLIVEIRA, J.X. Athayde e (1893)a ‘O Official do exercito’, *Revista Militar*, nº2, pp.33-38.

OLIVEIRA, J.X. Athayde e (1893)b, ‘As Remissões’, *Revista Militar*, nº3, pp 65-72.

OLIVEIRA, J.X. Athayde e (1900), ‘O casamento do oficial’, *Revista Militar* nº10, pp. 289-296.

R.F (1891) ‘A revolta de 31 de Janeiro’, *Revista Militar*, nº3, pp.65-69.

SARMENTO, Moraes (1909), ‘o Comando em chefe das tropas em campanha’, *Revista Militar* nº7, pp 417-437.

SARMENTO, Moraes (1910) ‘O desalento das virtudes cívicas’, *Revista Militar* nº9, pp. 641-647.

TAVARES, Pedro (1885), 'A lei das reformas'. *Revista Militar*, nº7, pp. 193-200.

X.P (1900), ‘As reformas militares’, *Revista Militar* nº17, pp 525-533.

A Direcção (1890) 'somos anti-monarchicos', *O Ultimatum*, nº1, pp 1.

ALMEIDA, António José de (1890) 'Bragança, o último', *O Ultimatum*, nº1, pp 1.

A Direcção (1905), ‘Pro Patria’, *Revista Militar*, nº1, pp 5-9.

Estudos:

ASSIS, José Luís. (2002), *Revista Militar (1849-1910): Contributo para uma leitura de ciência e técnica em Portugal*, Tese de Mestrado em «Estudos Históricos Europeus», Évora, Universidade de Évora.

BRAGA, Joaquim Teófilo (1984), *História das Ideias políticas republicanas*, Lisboa, Veja.

CARRILHO, Maria (1985), Forças Armadas e mudança política em Portugal no século XX, Lisboa, Casa da moeda.

CATROGA, Eduardo (2000), O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro de 1910, Lisboa, Notícias.

FERREIRA, José Medeiros (1992), O Comportamento Político dos Militares, Lisboa, Editorial Estampa.

LOUSADA, Abílio Pires (2010), “O Exército na Transição da Monarquia para a República”, Lusíada História, nº7, pp 13-33.

MARQUES, António Oliveira de; e SERRÃO, Joel (1991), Nova História de Portugal: da Monarquia para a República. Lisboa, Presença.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa (2010), “The military in the Chamber of Deputies 1851-1870: corporative lines of action in defense of the army” e-JPH [online], vol.8, n.1, pp.14-35. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-64322010000100002

MOREIRA, Fernando (2005) a, “António Serpa Pimentel” in Maria Filomena Mónica (dir), Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910, III vol., Lisboa, ICS, pp. 271-273.

MOREIRA, Fernando (2005) b, “João Crisóstomo de Abreu e Sousa”, in Maria Filomena Mónica (dir.), Dicionário Biográfico Parlamentar 1834-1910, III vol., Lisboa, ICS, pp. 821-823.

PROENÇA, Maria Cândida (2009), “A questão colonial” in Fernanda Rollo, Fernando Rosas (dir.) História da Primeira República Portuguesa, Lisboa, Tinta-da-China, pp. 205-228.

RAMOS, Rui (2001), “A Estranha Morte da Monarquia Constitucional” in José Mattoso (dir.) História de Portugal: a Segunda Fundação 6 vol., Lisboa, Estampa, pp. 291-347.

RAMOS, Rui (2006), D. Carlos, Lisboa, Círculo de Leitores.

TELO, António (2004), “Os começos do Século” in Nuno Severiano Teixeira et al. (dir.), Nova História Militar IV vol., Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 350-385.

VALENTE, Vasco Pulido (1982), O poder e o povo. A revolução de 1910. Lisboa, Moraes Editores.